SCIENTIA INTERNATIONAL PRESS EDITORA CLAEC

SCIENTIA GLOBAL EDITIONS: CLAEC e-BOOKS CAPÍTULO DE LIVRO

PUBLICAÇÃO ANTECIPADA

Nova museologia e abordagens de planejamento urbano na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial

New Museology and Urban Planning Approaches in Safeguarding Intangible Cultural Heritage

Murat Kitir[1]

[1] Ministry of Culture and Tourism of the Republic of Türkiye, Ankara, Türkiye · ORCID: https://orcid.org/0000-0002-8771-107X · autor correspondente: mkitir10@gmail.com

ESTE CAPÍTULO		OBRA EM PREPARAÇÃO	
DOI	https://doi.org/10.56365/wrhn3k12	Título	Memória, patrimônio e mobilidade urbana: narrativas do cotidiano
Recebido em	21/10/2026	Organização	Rosilene Oliveira Silva
Aceito em	09/11/2026	ISBN	-
Publicado online	13/11/2026	DOI da obra	https://doi.org/10.56365/tjnq8935
Versão	v1	Previsão	2026
Idiomas	English - Portuguese	Avaliação	09/11/2026
Licença	CC BY 4.0	Pareceristas	Rosilene Oliveira Silva

Bloco preenchido pela equipe editorial. Não escreva nesta área.

COMO CITAR

AGORA	Kitir, M. (2026). Nova museologia e abordagens de planejamento urbano na salvaguarda do patrimônio cultural imaterial. In R. O. Silva (Org.), Memória, patrimônio e mobilidade urbana: narrativas do cotidiano - publicação antecipada. Scientia International Press; Editora CLAEC. https://doi.org/10.56365/wrhn3k12
DEPOIS	*A referência recebe o título definitivo da obra, o ISBN e o intervalo de páginas quando o livro completo for publicado. O DOI e a data de publicação antecipada não mudam.*

Resumo

Este estudo examina o desenvolvimento histórico da museologia em transformação e sua relação teórica com o patrimônio cultural imaterial (PCI), a partir de uma perspectiva universal e em escala global. Salvaguardado internacionalmente pela Convenção da UNESCO de 2003, o PCI tem sido um fator decisivo na evolução dos museus, de uma estrutura tradicional centrada em objetos para uma abordagem universal centrada no ser humano e na sociedade. Embora os debates sobre a integração do patrimônio vivo viessem se desenvolvendo havia décadas, um marco crítico dessa transformação global foi a inclusão formal do conceito de "patrimônio cultural imaterial" na definição de museu atualizada pelo ICOM em 2007, de acordo com padrões internacionais. Contudo, embora essa mudança de paradigma represente um passo revolucionário para a preservação do patrimônio, ela traz riscos estruturais, como a "mercantilização do patrimônio", a "simulação da tradição" e a esterilização de práticas vivas no interior dos museus, o que desvincula o PCI de seu contexto socioespacial original. Diante desses riscos, as abordagens da nova museologia e do ecomuseu defendem um modelo de "salvaguarda holística", no qual bairros históricos, praças públicas e arquitetura vernacular funcionam como espaços vivos de transmissão. Assim, este estudo enfatiza que a preservação do PCI não pode depender apenas de restaurações físicas ou de exposições museológicas estáticas; ao contrário, os valores imateriais e as paisagens culturais devem ser integrados estruturalmente à vida cotidiana por meio de decisões

de zoneamento orientadas à produção, estratégias de continuidade funcional e planos de gestão urbana de base comunitária, em escala global.

Palavras-chave: Patrimônio cultural imaterial (PCI), Nova museologia, Ecomuseu, Conservação in situ, Decisões de zoneamento, Paisagem cultural

Abstract

This study examines the historical development of evolving museology and its theoretical relationship with intangible cultural heritage (ICH) from a universal perspective on a global scale. Safeguarded internationally by UNESCO's 2003 Convention, ICH has been a decisive factor in the evolution of museums from a traditional object-centered structure to a human- and society-centered universal approach. While discussions on integrating living heritage had been evolving for decades, a critical milestone of this global transformation was the formal inclusion of the "intangible cultural heritage" concept in the museum definition updated by ICOM in 2007 according to international standards. However, while this paradigm shift represents a revolutionary step for heritage preservation, it carries structural risks such as the "commodification of heritage," "simulation of tradition," and the sterilization of living practices within museum walls, severing ICH from its original socio-spatial context. Addressing these risks, the new museology and ecomuseum approaches advocate for a "holistic safeguarding" framework where historic neighborhoods, public squares, and vernacular architecture function as living transmission spaces. Consequently, this study emphasizes that preserving ICH cannot rely solely on physical restorations or static museum displays; rather, intangible values and cultural landscapes must be structurally integrated into daily life through production-oriented zoning decisions, functional continuity strategies, and community-based urban management plans on a global scale.

Keywords: Intangible Cultural Heritage (ICH), New Museology, Ecomuseum, In-situ Preservation, Zoning Decisions, Cultural Landscape

Introdução

Cultura e patrimônio são valores dinâmicos herdados das gerações passadas como acúmulo comum da história humana universal, destinados a ser transmitidos ao futuro em escala global (Alexander, 1987). Historicamente, a museologia e a preservação do patrimônio em seus primórdios eram estritamente centradas no objeto, voltadas sobretudo à coleta e à exposição de artefatos materiais. Entretanto, à medida que as limitações dessa abordagem tradicional se tornaram evidentes, surgiu a necessidade de proteger as expressões culturais vivas. Enquanto o patrimônio cultural material tem sido tradicionalmente lido por meio de monumentos, sítios históricos e objetos físicos (Tamarapa et al., 2012), os valores espirituais (PCI) que constituem a identidade das comunidades em um mundo em globalização ganharam cada vez mais destaque. Criada em 16 de novembro de 1945 para salvaguardar esses valores culturais em âmbito global, a UNESCO protegeu inicialmente o patrimônio material por meio de regulamentações internacionais e, em seguida, deu início a práticas universais de proteção de valores vivos, como tradições, cerimônias e ofícios (Alivizatou, 2011).

A "Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial" foi aberta à assinatura em 17 de outubro de 2003, com o objetivo de salvaguardar, em nível global, elementos do patrimônio cultural imaterial (PCI), como tradições, cerimônias e expressões orais (Lenzerini, 2011). Esse acordo internacional colocou na agenda global o conceito geral de "salvaguarda" e de sustentação do patrimônio vivo, ultrapassando as abordagens tradicionais de conservação (Oğuz, 2009). A relação estabelecida pelos museus com o PCI ganhou valor profundo no contexto de instituições que passaram a reconsiderar essa missão universal de "salvaguarda" e a avaliar suas interações com a sociedade a partir de uma perspectiva holística e global (Ambrose & Paine, 2006). Os museus deixaram de ser vistos apenas como depósitos passivos de objetos mortos; passaram a atuar como catalisadores ativos do engajamento comunitário, da coesão social e da diplomacia cultural.

Patrimônio cultural imaterial e o paradigma global

O patrimônio cultural imaterial abrange práticas, representações, expressões, conhecimentos e habilidades que comunidades, grupos e indivíduos reconhecem como parte integrante de sua cultura (Matsuura, 2004). Em razão dessa natureza dinâmica, esse tipo de patrimônio é denominado na literatura internacional "patrimônio cultural vivo" (Alivizatou, 2008). O termo "patrimônio cultural imaterial" desenvolveu-se como reação à estratégia tradicional de conservação da UNESCO, centrada no objeto (Lenzerini, 2011). Como as comunidades interagem continuamente com seu ambiente social, sua história e a natureza, esses valores culturais abstratos são constantemente renovados e reproduzidos entre gerações (Tamarapa et al., 2012). Essa regeneração cíclica sustenta a resiliência das identidades locais diante das forças de homogeneização impulsionadas pela globalização.

O risco da museificação e a filosofia do ecomuseu

Embora as abordagens participativas e os conceitos de museu vivo prometam um otimismo teórico, sua tradução para a prática envolve dilemas estruturais delicados. Apenas registrar uma prática cultural ou encená-la em um ambiente museológico artificial corre o risco de romper as veias vitais que a sustentam (Alivizatou, 2011). O patrimônio cultural não é um produto estático; é um processo em evolução que necessita de sua geografia de origem, de sua morfologia arquitetônica e de suas redes sociais para manter seu verdadeiro sentido.

Para superar os riscos da "mercantilização" e da "simulação encenada", o discurso internacional da conservação recorre cada vez mais à filosofia do ecomuseu. Surgida na França na década de 1970, a abordagem do ecomuseu rejeita o modelo tradicional de "cidade-museu", que reduz assentamentos urbanos vivos a objetos passivos de exposição a céu aberto (Rivière, 1985). Em vez disso, trata o bairro como um todo, suas rotinas diárias,

suas paisagens sonoras e suas redes de produção artesanal como um organismo vivo integrado. Consequentemente, a nova museologia estabelece que a salvaguarda dos valores imateriais exige sair dos edifícios museológicos assépticos e inserir o patrimônio diretamente no fluxo orgânico da vida urbana cotidiana.

O papel das convenções internacionais e dos marcos normativos

A UNESCO ampliou continuamente seu marco de conservação por meio de instrumentos jurídicos internacionais de referência, entre eles a Convenção de Haia de 1954, a Carta de Veneza de 1964 e a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972 (Alivizatou, 2008; Desvallées & Mairesse, 2010). Com base nessa evolução jurídica, a Convenção de 2003 salvaguarda internacionalmente a transmissão intergeracional do patrimônio cultural imaterial por meio de processos de educação formal e não formal (Davenne, 2012). As estatísticas globais indicam que numerosos elementos, distribuídos por cinco grandes regiões geográficas e somando 788 componentes registrados até 2024, foram inscritos em todo o mundo, o que demonstra como essa convenção gerou ampla consciência intercontinental e solidariedade intercultural (URL-1). Esses instrumentos normativos oferecem um vocabulário comum e diretrizes operacionais aos países que buscam proteger suas frágeis tradições vivas diante das pressões socioeconômicas contemporâneas.

Patrimônio cultural imaterial e as relações com os museus

A museologia, que teve origem nos gabinetes de curiosidades fechados e nas coleções particulares em que objetos valiosos foram guardados ao longo dos processos históricos, transformou-se profundamente em paralelo às mudanças sociais globais (Shaw, 2004; Lewis, 1982). O conceito de museu, baseado na palavra grega "mouseîon" (morada das musas), evoluiu ao longo do tempo de estruturas rígidas e orientadas ao objeto para ambientes inclusivos, participativos e orientados ao ser humano (Kim, 2004; Lambert et al., 2014). Embora os debates sobre a incorporação do patrimônio imaterial à museologia já ocorressem havia anos, a inclusão formal do conceito de "patrimônio cultural imaterial" na definição oficial de museu pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), em sua 22ª Conferência Geral, em 24 de agosto de 2007, constituiu um ponto de ruptura fundamental em escala global (Lenzerini, 2011). É essencial distinguir que, enquanto a Convenção da UNESCO de 2003 estabeleceu o marco normativo internacional, em nível macro, para que os Estados Partes salvaguardassem o patrimônio, a definição do ICOM de 2007 representou uma mudança de paradigma própria, promovida por um órgão institucional distinto, que transformou especificamente o marco profissional e operacional dos próprios museus. Essa nova definição fez com que os museus se tornassem instituições universais de proteção do

patrimônio material e imaterial, com uma abordagem integrada e holística, atuando também como plataformas educativas proativas de transformação social (Yoshida, 2004).

Integração do PCI às decisões de zoneamento e às políticas de planejamento urbano

Uma avaliação crítica das práticas globais de conservação revela uma persistente desconexão entre a preservação física do patrimônio histórico e a continuidade da cultura viva. Os planos diretores de conservação tradicionais e os projetos de reabilitação urbana frequentemente priorizam envoltórias estruturais, gabaritos de altura e regras de fachada, ao mesmo tempo que negligenciam por completo a continuidade funcional. Para que o PCI sobreviva nas paisagens urbanas históricas, as leis de zoneamento e os instrumentos de planejamento precisam ser reformados estruturalmente:

- **Zoneamento orientado à produção e continuidade funcional:** as zonas tradicionais de produção artesanal nos assentamentos históricos não devem ser absorvidas por rezoneamentos genéricos de uso comercial ou residencial. Regulamentações específicas de subzoneamento, como "Distritos de Produção Tradicional", devem determinar que uma porcentagem definida dos espaços térreos nos bairros históricos permaneça destinada a oficinas artesanais em funcionamento. Isso garante que as ruas funcionem como corredores ativos de preservação, e não como meras vias turísticas.
- **Preservação das paisagens culturais e das zonas agrícolas de amortecimento:** a arquitetura vernacular está indissociavelmente ligada à paisagem agrícola e topográfica que a cerca. Os marcos de zoneamento devem proteger as zonas de patrimônio agrário (como encostas históricas em terraços e cinturões agrícolas microclimáticos) não apenas como cenários verdes estéticos, mas como espaços vivos de produção, nos quais o conhecimento ecológico tradicional e os rituais sazonais (como as práticas de colheita e a gastronomia local) são transmitidos entre gerações.
- **Reconhecimento legal dos elementos funcionais:** instalações históricas de produção, como fornos tradicionais de cerâmica ou tanques de prensagem, devem ser protegidas legalmente como elementos funcionais ativos, em vez de tratadas como decoração arqueológica inerte. Os códigos municipais ambientais e de zoneamento devem admitir soluções técnicas (por exemplo, sistemas modernos de filtragem) que permitam a essas unidades históricas de produção operar legalmente no tecido urbano, mantendo viva a memória visual e sonora do bairro.

- **Planos de gestão de base comunitária:** a gestão sustentável do patrimônio exige modelos descentralizados de governança, como Conselhos Locais de Patrimônio ou Conselhos Comunitários compostos por artesãos residentes, detentores do patrimônio e atores locais. As decisões de planejamento relativas a mudanças de uso, capacidade de carga turística e reuso adaptativo devem ser coproduzidas com a comunidade, para evitar a gentrificação, a alienação espacial e a decoração superficial das ruas históricas.

Considerações finais

Este estudo examinou de forma abrangente a mudança de paradigma da museologia centrada no objeto para a abordagem da nova museologia, orientada ao ser humano, em escala global, destacando o papel crítico de traduzir a preservação do patrimônio cultural imaterial em políticas ativas de espaço, zoneamento e desenho urbano (Vergo, 1989; Alivizatou, 2008). Os resultados analíticos demonstram claramente que a salvaguarda do PCI não pode ser bem-sucedida apenas por meio de restaurações físicas ou de exposições museológicas isoladas; ela requer um modelo integrado de "Bairro-Museu Vivo", fundamentado nos princípios do ecomuseu (Erlien & Bakka, 2017; Davis, 2011). A atualização da definição do ICOM de 2007 permanece o marco institucional fundador desse processo global em curso (Lenzerini, 2011). Pesquisas futuras devem examinar em profundidade o papel internacional das tecnologias digitais emergentes, das avaliações de capacidade de carga e dos modelos de cocuradoria comunitária na aproximação entre as normas de planejamento urbano e a natureza fluida e viva do patrimônio cultural imaterial.

Declarações

Financiamento. O autor não recebeu financiamento externo.

Conflitos de interesse. Não há potenciais conflitos de interesse a declarar.

Ética em pesquisa. Este estudo não envolveu seres humanos nem animais; portanto, não foi necessária aprovação de comitê de ética.

Uso de inteligência artificial. Ferramentas de inteligência artificial foram utilizadas exclusivamente para fins de tradução linguística.

Disponibilidade de dados. Os dados foram compilados a partir das convenções internacionais pertinentes e de fontes da literatura.

Contribuições do autor. Como autor único, todas as etapas do artigo (concepção, revisão de literatura, redação e edição) foram realizadas pelo autor.

Referências

Alexander, E. P. (1987). “Early American Museums: From Collection of Curiosities to Popular Education”. International Journal of Museum Management and Curatorship, 6(4), 337–351.

Alivizatou, M. (2008). “Contextualising Intangible Cultural Heritage in Heritage Studies and Museology”. International Journal of Intangible Heritage, 3, 43-54.

Alivizatou, M. (2011). “Intangible Heritage and Erasure: Rethinking Cultural Preservation and Contemporary Museum Practice”. International Journal of Cultural Property, 18, 37-60.

Ambrose, T., & Paine, C. (2006). Museum Basics (3rd ed.). London: Routledge Taylor & Francis Group.

Burnham, R., & Kai-Kee, E. (2015). Müze Dersleri: Yorum ve Deneyim [Museum Teaching: Interpretation and Experience]. (Trans. A. Onacak). Istanbul: Koç University Press.

Davenne, C. (2012). Cabinets of Wonder. New York: Abrams Books Press.

Davis, P. (2011). Ecomuseums: A Sense of Place (2nd ed.). London: Continuum.

Desvallées, A., & Mairesse, F. (Eds.). (2010). Key Concepts of Museology. Paris: Armand Colin.

Erlien, T., & Bakka, E. (2017). “Museums, Dance, and the Safeguarding of ICH: Events of Practice - A New Strategy for Museums?”. Santander Art and Culture Law Review, 2(3), 135-156.

Kim, H. (2004). “Intangible Heritage and Museum Actions”. 20th General Conference and 21st General Assembly of ICOM. Seoul, Korea.

Lambert, T. S. et al. (2014). “Museums and Cultural Sustainability: Stakeholders, Forces, and Cultural Policies”. International Journal of Cultural Policy, 20(5), 1-22.

Lenzerini, F. (2011). “Intangible Cultural Heritage: The Living Culture of Peoples”. European Journal of International Law, 22(1), 101-120.

Lewis, G. D. (1982). “Museums and Their Precursors: A Brief World Survey”. In J. M. A. Thompson et al. (Eds.), Manual of Curatorship: A Guide to Museum Practice (2nd ed., pp. 5–21). Oxford: Butterworth Heinemann.

Matsuura, K. (2004). “UNESCO: On The Occasion of the Third International Meeting”. Museum International, 56(221-222), 108-112.

McNamara, K. J. (2010). The Star-Crossed Stone: The Secret Life, Myths, and History of a Fascinating Fossil. Chicago: University of Chicago Press.

Modest, W., & Golding, V. (2013). Museums and Communities: Curators, Collections and Collaboration. London: Bloomsbury Academic.

Oğuz, M. Ö. (2009). “Somut Olmayan Kültürel Miras ve Kültürel İfade Çeşitliliği” [Intangible Cultural Heritage and Diversity of Cultural Expressions]. Millî Folklor, 11(82), 6-12.

Rivière, G. H. (1985). “The Ecomuseum: An Evolutive Definition”. Museum, 37(4), 182-183.

Rumina, R., & Kishwar, P. (2010). Introduction to Cultural Studies. Mumbai: Himalaya Publishing House.

Shaw, W. M. K. (2004). Osmanlı Müzeciliği: Müzeler, Arkeoloji ve Tarihin Görselleştirilmesi [Ottoman Museology: Museums, Archaeology and the Visualization of History]. (Trans. E. Genç). Istanbul: İletişim Yayınları.

Tamarapa, A. et al. (2012). “Kahu Ora-Living Cloaks-Living Culture”. In M. Mary & D. Eastop (Eds.), Refashioning and Redress: Conserving and Displaying Dress (pp. 65-78). Los Angeles: Getty Conservation Institute.

URL-1: UNESCO. “Lists of the Intangible Cultural Heritage and the Register of Good Safeguarding Practices: Statistics”. (2005). Accessed November 2, 2025. https://ich.unesco.org/en/lists?multinational=3&display2=candidature_typeID&display1=inscriptionID&display=stats#tabs

Vergo, P. (1989). The New Museology. London: Reaktion Books.

Yoshida, K. (2004). “The Museum and the Intangible Cultural Heritage”. Museum International, 56(221-222), 108-112.